

DOSSIÊ
DOCUMENTOS JUDICIAIS E HISTÓRIA SOCIAL

A importância dos arquivos do poder judiciário para a pesquisa histórica

Paulo Afonso Zarth*

Resumo

O artigo trata da importância do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS) para a pesquisa histórica. Com base na experiência pessoal como pesquisador, analiso a relevância dos documentos do acervo para a inovação historiográfica e para a formação dos historiadores. A documentação guardada no arquivo, utilizada para a elaboração da dissertação de mestrado e para a tese de doutorado, possibilitou colaborar na construção de novas interpretações da história do Rio Grande do Sul, no que se refere à história agrária e à história da escravidão nas estâncias pastoris. Os resultados das pesquisas atestam o enorme valor cultural do APERS.

Palavras-chave: Historiografia; Arquivo judiciário; Inventários Post-mortem; Escravidão.

Abstract:

The paper discusses the importance of the Public Archives of the State of Rio Grande do Sul (APERS) for historical research. Based on a personal experience I analyze the relevance of the documents collection for historiographical innovation. The documentation retained in the archive, used for the elaboration of the doctoral thesis, contributed to new interpretations of the history of Southern Brazil, in relation to agrarian history and the history of slavery in the cattle ranch. Research results certify to the enormous cultural value of the APERS.

Key words: Historiography; Judiciary Archive; Post-Mortem inventories; Slavery.

* Doutor em história pela Universidade Federal Fluminense. Professor Visitante Nacional Sênior da CAPES na Universidade Federal da Fronteira Sul. UFFS/ CAPES. Fevereiro/ 2012.

Paulo Afonso Zarth

Tomei a liberdade de escrever esse artigo com base na minha experiência pessoal em arquivos da justiça nos tempos de estudante de pós-graduação em História, pois acredito que esta é uma forma de contribuição para jovens pesquisadores. Ao ingressar no curso de mestrado em história na Universidade Federal Fluminense, em 1984, passei a me interessar pelas fontes judiciais, através das boas recomendações da professora Maria Yedda Linhares e do orientador da dissertação, professor Ciro Flamarion Santana Cardoso. Mais tarde, no curso de doutorado, iniciado em 1989, continuei minhas pesquisas nos arquivos do judiciário, agora sob orientação do professor Luiz Carlos Soares.

Na época, as fontes tradicionalmente utilizadas, chamadas de “sínteses globalizantes”, eram criticadas pelo seu alto grau de generalização. Tais fontes relativamente fáceis de consultar, dizia-se então, eram representadas pelos relatórios do presidente da província, relatos de viajantes, de cronistas e relatórios estatísticos, por exemplo. Tais escolhas ganham em facilidade de acesso às informações, mas perdem em riqueza e fundamentalmente não permitem observar fatos relevantes que são omitidos naquele tipo de fonte. Sem desprezar aqueles documentos, entendia-se que era mais adequado construir uma totalidade do tema pesquisado a partir das próprias unidades produtivas e administrativas, embora isto implicasse em um trabalho muito maior, mas certamente mais rico e eficiente para trazer à luz elementos pouco conhecidos nas fontes normalmente utilizadas, em se tratando de história econômica e agrária.

Reunir dados nos arquivos do poder judiciário fazia parte, na época, das novas concepções de pesquisa em curso na historiografia brasileira tanto no que se refere aos temas como em relação às fontes. Assim, visitei o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul¹ e nele consultamos

¹ Segundo informações do APERS disponíveis na internet: “o acervo documental recolhido das esferas Federal e Estadual constitui-se de processos judiciais, de 1763 a 1980, totalizando 6.000.000 de documentos ou 1.726 metros lineares. O quadro de arranjo constitui-se de 103 fundos, considerando-se ‘fundo’ a comarca de cada município. A codificação dos Fundos é numérica crescente, sendo ordenados nas

inventários *Post-Mortem*, processos judiciais e registros paroquiais de terra com a expectativa de ter uma visão mais próxima e detalhada da sociedade em estudo.

Chegando ao Arquivo Público

A visita causou uma certa surpresa nos funcionários do Arquivo pois não era muito comum a presença de historiadores interessados em consultar um conjunto enorme de documentos. Eu era o único pesquisador até chegar um jovem colega norte-americano, John Chasteen, que pesquisava a história de chefes políticos do Rio Grande do Sul e do Uruguai. Logo se percebeu que solicitar a leitura de um maço de inventário de cada vez seria inviável. O bom senso das arquivistas, considerando ainda a escassez de funcionários, permitiu-me trabalhar no interior do arquivo com acesso direto aos documentos. Confesso que foi uma experiência fantástica me deparar de frente com milhões de documentos históricos naquelas prateleiras, totalmente a disposição para serem revelados à história.

Antes de “ir a campo”, os colegas e professores da UFF me alertavam de que poderia ter dificuldades em localizar os inventários, pois eram comuns os relatos de documentos encontrados nos locais mais escandalosos do ponto de vista da preservação. Além disso, em alguns estados eles estavam espalhados em diversos municípios. Para sorte minha, os inventários do Rio Grande do Sul estavam todos num mesmo arquivo, o APERS, bem preservados e guardados em prédio apropriado para armazenar documentos, construído na década de 1910.²

estantes pelo método geográfico. O acervo é de caráter permanente e constitui-se em fontes primárias e únicas para pesquisa. Em fase de reorganização, acondicionamento, informatização e elaboração de instrumentos de pesquisa”. <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=notas>.

² “O Arquivo forma um conjunto arquitetônico composto por três construções: um prédio para abrigar as atividades administrativas e técnicas, e dois pavilhões construídos respectivamente em 1910 e 1920, com características específicas para armazenamento de documentos: possuem teto em forma de abóbada, paredes com

A agricultura de subsistência e as fontes judiciais

O projeto de dissertação tratava da história agrária do Planalto do Rio Grande do Sul dos anos 1800, num contexto historiográfico no qual se criticava a hegemonia das pesquisas sobre as grandes lavouras para exportação, as “plantations”. O extremo Sul era um caso a parte. Não existiam “plantations” e a principal atividade econômica, a pecuária, era destinada ao abastecimento do mercado interno. Porém, assim como as grandes lavouras de café ou de cana-de-açúcar, o gado também era produzido em grandes estâncias pastoris. A nova proposta era pesquisar a agricultura de subsistência, a pequena lavoura, e os pequenos lavradores que por séculos ajudaram a abastecer a mesa dos brasileiros. Este interesse incluía também as roças dos escravos dos grandes estabelecimentos rurais que produziam alimentos na horas livres. O conceito de “brecha camponesa” passou a ser utilizado para investigar o lado camponês da vida dos trabalhadores escravizados, indo um passo além de seu papel reduzido ao trabalho nas tarefas principais das fazendas. (CARDOSO, 1987)

Embora eu tenha utilizado diversas fontes em diversos arquivos e tratado de outros temas mais específicos da história agrária, destaco dois temas para os quais as fontes judiciais foram de fundamental importância: a escravidão e a agricultura de subsistência. Na época da pesquisa, nas principais obras sobre o mundo agrário regional do século XIX, a agricultura de subsistência tinha pouco lugar e somente aparecia quando se tratava das colônias de imigrantes europeus, cujos administradores organizavam detalhados relatórios, facilmente acessíveis nos arquivos riograndenses. Isto levou os historiadores a associar agricultura de subsistência para

espessura entre 0,90 e 1,5 metros, estantes de ferro revestido por cimento, piso de ferro vazado sobre o qual deslizam escadas móveis de ferro e exaustores elétricos. Essas atribuições técnicas asseguram o melhor controle da circulação de ar e da temperatura ambiental, além contribuir para a prevenção de incêndios. Em 1991, este conjunto foi tombado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico de Estado – IPHAE”. <http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php?menu=conjuntoarquitetonico>. Acesso 20/02/2012.

abastecimento interno do país com a imigração de colonos europeus (alemães e italianos principalmente), com uma ressalva à fracassada triticultura dos colonos açorianos do final do século XVIII e início do XIX. Sem dúvida, a produção agrícola para o abastecimento interno foi uma atribuição dos colonos alemães e italianos, os quais justamente deram um impulso ao desenvolvimento agrícola, mas não se pode desconsiderar a produção agrícola dos escravos e dos lavradores nacionais livres. É de se destacar que as estâncias pastoris, sedes da maior riqueza econômica do século XIX, procuravam se autossustentar de cereais e demais gêneros de subsistência, produzindo-os através dos escravos e dos lavradores nacionais. Neste sentido, Jean Roche, em seu minucioso estudo sobre agricultura alemã, afirma que os colonos teutos encontravam dificuldades para vender seus produtos devido à barreira da autossuficiência da estância pastoril. (ROCHE, 1969).

O fenômeno da invisibilidade da agricultura de subsistência fora dos núcleos coloniais era decorrência do fato de não aparecer nas fontes globalizantes, normalmente, consultadas pelos pesquisadores. Isto é agravado quando se percebe nos relatórios de presidente de província, por exemplo, que a pequena agricultura era alvo de severa crítica e apresentada como praticamente inexistente. Com a chegada de novos e constantes contingentes de imigrantes, a partir de 1850, pôde-se observar nos relatórios oficiais uma série de informações sobre a produção agrícola e muitos elogios aos colonos e seu trabalho. Por isso, era natural o raciocínio de que apenas os colonos se dedicavam à agricultura de subsistência, ao plantio de feijão, milho, batatas e trigo, por exemplo. Outra explicação para esse fenômeno era o viés apologético da bibliografia tradicional que via nos colonos europeus os representantes do progresso e da civilização.

A bibliografia hegemônica naqueles anos em que iniciei a pesquisa ensinava aos rio-grandenses que sua história teria sido construída por duas vias importantes: de um lado, pelos grandes criadores de gado e; de outro, pelos colonos imigrantes, pequenos agricultores de origem europeia (germânicos e italianos, principalmente). Negava-se ou minimizava-se a

presença de escravos nas estâncias pastoris, as quais seriam local de trabalho livre, do conhecido e famoso *gaúcho*, personagem que representa os habitantes de todo o estado. Uma estátua na entrada da capital do Estado é um dos monumentos mais lembrados e admirados pela população daquela cidade.

O descaso pela agricultura dos lavradores nacionais e dos escravos implica desconsiderar uma parcela significativa da população camponesa nacional e que é de extrema importância para o entendimento de uma série de aspectos relativos ao processo de ocupação da terra e da formação do mercado de trabalho livre em substituição aos escravos. Estudar a agricultura dos não imigrantes significava dar visibilidade ao camponês nacional, tão pouco conhecido e desprezado no Brasil, mais conhecido pelos seus fazendeiros, escravos e imigrantes europeus. Nesse sentido, foi muito oportuno a leitura do texto do professor Peter Eisenberg (UNICAMP), que denomina esse trabalhador de “o homem esquecido”. É um título perfeito se levarmos em conta que pouco se escrevia sobre ele numa perspectiva acadêmica e comprometida com as mudanças sociais no campo. Ao mesmo tempo, Eisenberg afirmava que ele seria um elemento chave para analisar a questão do trabalho na agricultura durante o século XIX. (EISENBERG, 1978, p. 157)

Diante destes problemas historiográficos, a opção natural foi adotar uma metodologia de pesquisa que permitisse encontrar as respostas e desvendar um mundo relativamente desconhecido do Sul e do Brasil, de um modo geral. A primeira iniciativa foi mergulhar nas vilas do século XIX, através da visão das câmaras municipais, lendo as correspondências dos vereadores. Nestes documentos, abundantes nos arquivos locais, encontrei desde as importantes posturas municipais até reclamações sobre falta de lenha para o fogão dos moradores pobres, além de queixas de toda ordem. A abundância destas fontes me obrigou a selecioná-las para certos períodos, pois eram milhares de documentos e seria quase impossível lê-los todos no tempo destinado para a elaboração da pesquisa. Tomei como critérios de seleção a importância das vilas na região de abrangência.

As correspondências oficiais das câmaras municipais foram muito úteis por mostrar um quadro da conjuntura econômica e política de cada momento. Encontrei relatórios detalhados sobre a propriedade da terra, sobre terras devolutas, sobre política indígena, etc. Na câmara municipal do século XIX também eram debatidos muitos assuntos do cotidiano local. Parte desses assuntos iria parar nos relatórios de presidente da província. É claro que eles são fontes importantes mas, de modo geral, repetem de forma resumida os relatórios das câmaras municipais. A partir da República, os relatórios do Rio Grande do Sul passaram a ser escritos por secretarias. Interessou-me, de modo particular, os da Secretaria dos Negócios e Obras Públicas, os quais são relatados assuntos concernentes à colonização e à apropriação de terras.

Nos documentos examinados referentes à primeira metade do século de algumas vilas, é possível observar uma preocupação constante com o abastecimento, preocupação geral em todo Brasil da época. São comuns, nas câmaras municipais, as leis contra o abate de matrizes bovinas, como forma de impedir a dizimação do rebanho. Outras leis puniam, com rigor, os atravessadores, e as autoridades locais procuravam colocar o consumidor e o produtor em contato direto através das feiras municipais. Fraudes e abusos de preço são encontrados com frequência nessas fontes e o pão chegou a ter seu preço tabelado por uma lei municipal de Santo Antônio da Patrulha, em 1811.

Além das posturas municipais que regulamentavam a vida cotidiana dos escravos, encontrei situações preciosas onde fica expressa a preocupação dos senhores com as possíveis rebeliões escravas na primeira metade do século. Neste aspecto, uma nova bibliografia vinha dando conta de publicar importantes estudos sobre a rebeldia ou resistência dos cativos, preenchendo uma lacuna na história da escravidão do Brasil, fato atribuído à crescente organização dos movimentos negros e por ocasião do centenário da extinção da terrível instituição escravista em 1988. Naquele ano foram realizados grandes congressos sobre o tema em diversas universidades brasileiras.

Mesmo que não tenha ocorrido grandes rebeliões de escravos no Sul, as fontes consultadas poderiam trazer novos elementos para a bibliografia existente. A possibilidade de tal situação vir a ocorrer era algo que causava medo entre os moradores. Paralelamente ao medo dos escravos, havia o medo dos indígenas nas áreas próximas às florestas, “infestadas de bugres”, os quais resistiam muito à invasão de seu espaço, conflituando frequentemente com os moradores isolados nas proximidades da mata.

Os relatórios de presidente de província fornecem uma visão geral sobre a província e as correspondências das câmaras municipais possibilitam uma síntese dos acontecimentos ocorridos nos municípios. Porém, para entrar em contato com uma unidade ainda menor, é necessário o exame dos inventários *Post-Mortem*, que mostram, com riqueza de detalhes, a propriedade individual dos sujeitos. Verificando os dados colhidos dos inventários de vários municípios, pode-se observar aspectos sobre a produção, tecnologia, estrutura fundiária e sobre as relações de trabalho.

Os inventários do Rio Grande do Sul do século XIX são muito ricos em detalhes que permitem verificar com muita clareza o que se produzia no estabelecimento agrícola do falecido, bem como sua condição de vida. É possível, através destes documentos, avaliar tanto a riqueza de um grande estancieiro como o grau de pobreza de um pequeno posseiro. Não se pode, infelizmente, dizer o mesmo dos inventários do século XX; estes perdem sua riqueza de detalhes e os documentos não mais contemplam as heranças abaixo de valores determinados; somente as heranças que atingem certa importância merecem a vistoria de uma comissão de avaliadores do órgão judiciário, que descreve em detalhe os bens do falecido. Mesmo as grandes heranças perdem em riqueza descritiva, pois desaparecem muitos itens referentes a detalhes como o dos utensílios domésticos. Os inventários dos colonos do início do século XX, por exemplo, limitam-se apenas a arrolar o lote colonial, sem mencionar os instrumentos agrícolas e utensílios domésticos e mesmo pequenas benfeitorias que constavam nos inventários do período imperial.

Através do levantamento de dados dos inventários *Post-Mortem* foi possível organizar algumas séries estatísticas com informações das próprias unidades produtivas, o que deu uma segurança maior do que a oferecida pelos relatos dos viajantes, por exemplo. Assim, consegui elaborar quadros com os preços das terras; produção pecuária e agrícola – tanto com seu perfil como em sua evolução –; o número, as condições e o preço dos escravos utilizados em uma estância. Além destes dados que permitiram organizar algumas séries, os inventários forneceram informações singulares como a de mecanismos de endividamento, comercialização e padrão de consumo.

Devido ao elevado número de inventários, optei por recolher uma amostragem, selecionando o conjunto de documentos relativos a um ano em cada período de cinco. Além destes, recolhi os dados de inventários de personagens importantes (grandes proprietários, chefes políticos, comerciantes), o que implicou examinar praticamente todos. Para tanto, elaborei algumas matrizes para facilitar a coleta dos dados e a organização de séries estatísticas. As séries homogêneas, organizadas a partir dos inventários e outras fontes locais, permitiram montar um quadro alicerçado nas próprias unidades produtivas, proporcionando detalhes que outras fontes generalizadas não permitem.

Nesses inventários *Post-Mortem* consta o tamanho aproximado das propriedades e seu valor, além da distinção entre áreas de mata e de campo nativos, instrumentos de trabalho e equipamentos em geral (enxadas, arados, carretas, etc.), número, tipo e valor dos animais, número, idade e valor dos escravos. Confesso que o fato dos trabalhadores escravizados constarem como “bens semoventes”, na mesma rubrica dos animais causou-me espanto e indignação. São estes detalhes nos inventários os mais interessantes para a pesquisa. Além disto, estes documentos trazem mais informações como roupas e utensílios domésticos, que dão uma ideia sobre o padrão de consumo dos habitantes. Entretanto, há dificuldades no que se refere à produção de cereais, cujos dados são praticamente ignorados pelos avaliadores, o que revela a pouca importância da produção agrícola diante

da pecuária. Sabe-se que nas estâncias havia produção de cereais para subsistência do próprio estabelecimento, mas raramente são computadas roças de feijão, de milho ou de mandioca, por exemplo. Mesmo entre os colonos imigrantes, os inventários pouco consideram as roças cultivadas.

Para trabalhar com estes documentos elaborei fichas de coleta de dados específicas para este fim, as quais eram pacientemente preenchidas a mão. Contados e somados os escravos, os bens de raiz, os animais, os produtos agrícolas, etc, os dados eram processados manualmente em planilhas com o uso de calculadoras. Cabe lembrar a falta dos modernos computadores portáteis, assim como a câmara fotográfica digital que facilitam em muito a vida do historiador de hoje.

Uma estratégia para enfrentar o grande volume de documentos foi elaborar uma seleção, ou melhor, os critérios de seleção dos inventários como forma de viabilizar a consulta do material, pois são milhares de papéis. Em primeiro lugar, li todos os inventários de um ano, sorteados para cada período de cinco, de todos os municípios selecionados (Ex. 1821, 26, 31...). Em segundo, realizei uma seleção de municípios a partir de critérios econômicos, políticos e cronológicos, delimitando as regiões com certa hegemonia econômica. Assim, por exemplo, o município de Cruz Alta, criado em 1834, e que foi o primeiro de uma vasta região no planalto, desde seu início teve por base econômica a atividade pastoril, secundada pela erva-mate. Os seus distritos, que aos poucos foram emancipando-se, possuem as mesmas características (como é o caso de Passo Fundo, emancipado em 1857). E mesmo no final do século, quando esta região sofreu um processo de imigração e fundação de colônias com características bastante diferentes, elas aparecem nos inventários do próprio município de Cruz Alta, pois estas colônias somente alcançaram autonomia administrativa no século XX.

Contemplam-se assim as diferenças ocorridas no decorrer do período numa mesma área. Outra região, com características semelhantes no século XIX, é a compreendida pela depressão central onde corre o rio Jacuí e alguns afluentes; escolhi, por ser sede desta área, a vila de Rio Pardo, uma das primeiras da província, dedicada à pecuária. Pelotas e Rio Grande, embora

muito próximas, merecem atenção pela condição de centro produtor de charque e porto marítimo respectivamente, além de compreenderem uma zona de pecuária tradicional. Na fronteira oeste e sudoeste, a zona da campanha, como a chamam, ou o pampa gaúcho, examinei os documentos de São Borja (1834) e Bagé (1840); esta área é muito vasta e talvez a mais hegemonicamente pastoril da província.

Para examinar o caso das colônias de imigrantes, selecionei o município de São Leopoldo, o mais antigo (1846), e o de Caxias do Sul, região de imigração italiana. Além destes municípios típicos de colonos europeus, muitos inventários destes colonos encontram-se nas coleções dos municípios pastoris (açorianos e luso-brasileiros), como Rio Pardo, que englobava a colônia alemã de Santa Cruz, por exemplo. Além destes inventários selecionados, examinei outros de forma específica quando, por exemplo, diziam respeito a personalidades relevantes (Barões, coronéis, comerciantes, políticos, charqueadores).

Consultei também os processos-crime de alguns períodos e em locais determinados, como no caso dos ervais do planalto, onde ocorreram vários conflitos pela posse da terra. De um modo geral, os maiores conflitos e problemas relativos ao acesso à terra são comentados nas correspondências das câmaras municipais, através das quais os habitantes encaminhavam suas reivindicações coletivas. As questões de terra também aparecem nas correspondências dos juizes comissários, encarregados da regulamentação da lei de terras de 1850.

Os processos-crime são também de grande relevância para a compreensão do cotidiano e principalmente das relações sociais. Este tipo de documento é um dos poucos em que aparecem os depoimentos da população pobre. Nele, o povo pobre, ainda que mal, pode falar. O processo decorrente do crime ou da acusação inclui vários depoimentos que são documentos de rara importância, pois incluem tanto o discurso de um grande fazendeiro como o de pequenos lavradores pobres e mesmo de escravos. Enfim, é nesta fonte que pode-se ler e sentir a presença das camadas pobres da população, que dificilmente aparecem nos relatórios de viajantes

Paulo Afonso Zarth

estrangeiros, que tanto têm servido de sustentação para a historiografia brasileira. É nestes documentos que encontrei, por exemplo, a argumentação de um escravo por matar um cidadão que se atreveu com sua mulher; ou de um escravo que havia matado seu proprietário em outras terras e se refugiado na região; ou ainda as reclamações de um posseiro em processo de expulsão de sua roça.

Os resultados da pesquisa

Um dos principais resultados da pesquisa no acervo do APERS se refere ao trabalho escravo nas estâncias pastoris, que até então era negado ou minimizado na bibliografia dominante. Embora fosse mencionada como algo eventual, a escravidão nas estâncias ficou evidente através dos inventários. Na maioria dos inventários que eu lia lá estavam eles e elas, cativos e cativas, com nome, idade, origem, preço e, às vezes, a profissão. Não dava mais para esconder: os peões gaúchos das estâncias, livres, estavam acompanhados de trabalhadores escravizados nas lidas do campo, campereando o gado, domando cavalos xucros, marcando novilhos em rodeios. Outras pesquisas posteriores realizadas por historiadores nos centros de pós-graduação em história confirmaram com mais detalhes a presença efetiva da escravatura das fazendas de gado de diversos municípios sul riograndenses.

A contribuição historiográfica dessas pesquisas sobre a escravidão tem sido destacada por especialistas desse campo. Elas são mencionadas numa resenha publicada na *Revista Brasileira de História* da ANPUH pela professora Silvia Petersen, da UFRGS. Mereceram também comentário da professora Regina Xavier no prefácio do livro “Documentos da escravidão no Rio Grande do Sul. Inventários: o escravo deixado como herança”, publicado pelo Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Não é recomendado fazer juízo de valor na pesquisa histórica, mas creio que ninguém se importará, agora depois de cem anos, se fizer um elogio aos dirigentes estaduais que mandaram construir o prédio do Arquivo

Público. O informe publicado no relatório do presidente do estado, de 1911, indica que eles sabiam muito bem o valor cultural dos documentos: “com o fim de acautelar, quanto possível, contra a ação destruidora do fogo, a importante papelada que constitui a garantia da riqueza de todos, foi resolvida a construção de um edifício ad-hoc feito de pedra, tijolos, cimento e ferro, incombustível, enfim” (GONÇALVES, 1911, p. 15). Espero que os futuros dirigentes continuem com a mesma percepção, Clio agradece.

Bibliografia

- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. *Escravo ou camponês? O proto-campesinato negro nas Américas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- EISENBERG, Peter. “O Homem Esquecido: O Trabalhador Livre Nacional no Século XIX. – Sugestões para uma Pesquisa”, *Anais do Museu Paulista*, Tomo XXVIII, São Paulo, 1977-1978, Universidade de São Paulo.
- GONÇALVES, Carlos Barbosa. *Mensagem enviada a Assembleia dos Representantes do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1911.
- PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. Resenha sobre o livro: Regina Célia Lima Xavier (Org.). *História da escravidão e da liberdade no Brasil Meridional. Guia bibliográfico*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2007. p. 392, *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, nº 56, p. 575-578 – 2008.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.
- XAVIER, Regina Célia Lima. “Prefácio”, in Rio Grande do Sul. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Departamento de Arquivo Público. Documentos da escravidão: inventários: o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno Stelmach Pessi. – Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010. (Disponível em: http://www.apers.rs.gov.br/arquivos/1292870159.Livro_Inventarios_v.3.pdf).
- ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.
- _____. *História agrária do planalto gaúcho*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.